

B**BNCC**, o ensino de Sociologia e a:

*Ileizi Fiorelli Silva**

A Base Nacional Comum Curricular é uma *ação de política pública* que participa da configuração da democracia brasileira, presente na arena de elaboração e implementação de políticas educacionais na dimensão de definições dos currículos para a educação básica. É, portanto, uma *ação pública* que mobiliza atores individuais e coletivos que disputam nas arenas decisórias do Estado. O objetivo de uma base comum seria o de ordenar o conjunto de componentes curriculares e os conteúdos a serem ensinados em cada nível, etapa e ano dos sistemas de ensino, então, desde a educação infantil até o ensino médio.

Ao longo da história do Brasil ocorreram várias tentativas de unificação dos currículos para todos os entes federados. Nos períodos de ditaduras, como no Estado Novo (1937-1945) e na Ditadura Militar (1964-1985), currículos únicos foram definidos pelo Governo Federal e impostos para as escolas. Com o processo de redemocratização do país e após a Constituição Federal de 1988, retomou-se a ideia de descentralização da administração e das definições para a educação, que passaram a ser divididas entre União, estados, municípios e escolas, além dos Conselhos municipais, estaduais e nacional de educação.

A Sociologia como componente curricular para o ensino médio reaparece nesse contexto de redemocratização, trazida por agentes que atuavam na elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1996. Essa lei normatiza uma base curricular quando exige que as escolas da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio ensinassem, obrigatoriamente, alguns conteúdos. Podemos afirmar que desde essa lei as disputas se organizaram para garantir que esses conteúdos fossem inseridos nas leis complementares e nas diretrizes nacio-

B nais, estaduais, municipais e nos projetos políticos pedagógicos das escolas. Entre 1988 e 2013, municípios e estados produziram vários documentos para organizar o ensino na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio (SANTOS, 2012). As Assembleias Legislativas e a Câmara Federal também participaram desse processo aprovando leis específicas para componentes curriculares e seus conteúdos. Uma dessas leis foi a Lei nº 11.684, de 2008, que obrigava o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as séries do ensino médio. Dessa forma, a Sociologia precisava ser considerada em todas as definições de bases, diretrizes e currículos para a educação básica. Foi assim na elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio de 1998, nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 e 2000 até chegarmos no processo de elaboração do que seria uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em três tempos: 2013/2014; 2015/2016; e 2017/2018.²

A despeito das diferenças de abordagens nas análises sobre as instituições e os agentes envolvidos nas disputas em torno da pertinência ou não da elaboração da BNCC, é consenso que há uma diversificação de atores e que os institutos e corporações financeiras e de famílias milionárias dos setores econômicos mais dominantes entraram com vantagens nessa disputa. Como Michetti (2020) demonstrou em sua pesquisa, o movimento Todos pela Educação, em 2006, e o Movimento pela Base Nacional Comum, em 2013, ambos patrocinados pela Fundação Lemann, direcionaram os trabalhos em torno da política curricular.

No primeiro período, 2013 a 2014, o debate estava mais restrito ao Ministério da Educação (MEC) e às universidades e teve como resultado um documento que não pretendia detalhar conteúdos e orientações por etapa e séries e focou nos direitos da aprendizagem, em que cada componente curricular juntou-se às suas áreas de conhecimento, elaborando orientações gerais para que os estados, municípios e escolas continuassem definindo os conteúdos em cada etapa e série (BRASIL, 2014). No segundo momento, de 2015 a 2016, ampliou-se o debate que alcançou a sociedade civil, aumentando o número de envolvidos no executivo e na

2 Disponível em: <http://historiadabncc.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 11 mar. 2020.

equipe de elaboração. Além disso, foram incorporados discursos de documentos mais antigos, como as matrizes do Enem, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, associados às chamadas *pedagogias das competências* e, como contraponto a estas, o discurso dos *direitos à aprendizagem* (2013-2014). As reflexões que relacionam a Sociologia e a BNCC tenderam a ressaltar que a elaboração desse documento sofreu um golpe no processo, após *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016 (BURGOS, 2017). O documento entregue ao CNE (BRASIL, 2016) em maio de 2016 ficou suspenso até a recomposição do MEC. Em setembro de 2016, o presidente empossado Michel Temer lançou a Medida Provisória MP nº 746, que reformou o ensino médio, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Outra equipe foi designada para finalizar a BNCC da educação infantil até o ensino fundamental (BRASIL, 2017) e deixou em suspenso o ensino médio. Contratou-se a Fundação Carlos Alberto Vanzolini (SP) para finalizar esse trabalho e alterou-se o texto apresentado em 2016. Em 2017, ficou pronta a BNCC até o ensino fundamental; e, em 2018, a parte do ensino médio (BRASIL, 2018). Os artigos da área de Sociologia conseguiram problematizar mais o processo do que propriamente o conteúdo dos componentes curriculares e a situação da Sociologia nesse documento (MICHETTI, 2020; SILVA et al., 2015).

Na produção no âmbito dos estudos sociológicos sobre currículos, as abordagens teóricas concentram-se em: a) perceber como as mudanças no capitalismo e no Estado atuam no sentido de fortalecer o setor privado e enfraquecer o setor público na organização da educação nacional – a BNCC seria mais um elemento de controle e de potencialização das avaliações em larga escala, seguindo as pistas das reflexões de Stephen Ball (1950-), entre outros (MACEDO, 2014; CORTINAZ, 2019); b) analisar os discursos envolvidos e produzidos nas definições da BNCC sob a ótica de Ernest Laclau (LOPES, 2015); c) analisar os processos de elaboração e as múltiplas vozes presentes nas disputas, os que se fortalecem ou se enfraquecem desde a noção de campo de Bourdieu (MICHETTI, 2020, SILVA, 2015) ou de ideologia e discurso pedagógico na linha de Michael Apple ou, ainda, das análises de Michael Young e Basil Bernstein (CORTINAZ, 2019); d) analisar um componente específico e como resultam

na proposta da BNCC aprovada em 2017 e 2018, geralmente, analisando os conteúdos do documento (CORTINAZ, 2019).

B As reflexões sobre o ensino de Sociologia dialogam com um ou mais dos quatro grupos de abordagem teórica citados acima. Mesmo na chave “ensino de sociologia” há mais recorrência de análises que partem das reformas do Estado e da criação de mercados educacionais, enfatizando-se que a Sociologia não caberia nessas propostas por ser uma disciplina crítica à sociedade capitalista. Além disso, as reflexões também levantam a preocupação com a presença do professor de Sociologia nas escolas e a diminuição de postos de trabalho para esse profissional. Em resumo, são artigos que focam no problema da manutenção ou não da Sociologia nas grades curriculares dos estados e nas formas de contratação de docentes.

Essa preocupação inicial se justifica diante das rápidas mudanças nesse curto período de tempo no ordenamento do currículo no ensino médio que mudou de 13 componentes curriculares obrigatórios até 2016 para dois componentes curriculares obrigatórios em todas as séries/módulos do ensino médio. O documento da BNCC de 2016 contemplava Língua Portuguesa, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Artes, Educação Física, Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, História, Filosofia e Sociologia e organizava em áreas desde os *direitos de aprendizagem* transformados em *objetivos de aprendizagem*. O documento da BNCC de 2018, em conformidade com a Lei nº 13.415/2017 do novo ensino médio, aponta como componentes curriculares obrigatórios em todas as séries/módulos do ensino médio as disciplinas Língua Portuguesa (na área de Linguagens e suas tecnologias) e Matemática (na área de Matemática e suas tecnologias). Os demais componentes foram agrupados em áreas: Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, tomando como princípio organizador das áreas uma lista de *competências e habilidades* para cada área, que depois é redistribuída entre os componentes curriculares. Geografia, História, Filosofia e Sociologia sobreviveram nesse currículo, compondo a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas sem as suas especificidades científicas de origem, que foram dissolvidas nas *habilidades e competências*. Em 2020 iniciou-se a reforma do ensino médio. Os estados foram assessorados e coordenados pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação e pelas Fundações citadas

anteriormente. A BNCC do ensino médio ocupará 1800 horas e 1200 horas serão para os itinerários formativos, totalizando três mil horas, implantadas progressivamente de acordo com as condições de cada estado. A BNCC do ensino médio está sendo adaptada nos estados desde 2019 e deve ser implantada em 2021.

Diante do exposto, enfatizamos que será necessário empreender pesquisas que acompanhem a implantação da BNCC nos estados, observando como a Sociologia será inserida nesse processo. Quais propostas de ensino de Sociologia serão elaboradas desde a BNCC? Como elas serão implementadas? Analisando a lista de *competências e habilidades* presentes na BNCC de 2018, propõe-se como hipótese de pesquisa a *sociologização* da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas sem que isso fortaleça os conteúdos da disciplina, assim como enfraquece todas as especificidades dos demais componentes curriculares agrupados nessa área. O ensino de Sociologia tomará outros rumos assim como toda a educação, caso a BNCC tenha força para organizar esse sistema. Que rumos serão esses? Temos um campo vasto de pesquisa.

* **ILEIZI FIORELLI SILVA** é doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP); professora do curso de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação de Sociologia e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) da Universidade Estadual de Londrina (UEL); coordenadora do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão de Sociologia (LENPES/UEL).
